

Jônatas Luiz Moreira de Paula

teoria da
J U
R I S
D I
C A O
cível

pressupostos políticos,
jurídicos e sociológicos



Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
Diagramação Nathalia Torres

1173-94

Catálogo na Publicação (CIP)

P324 Paula, Jônatas Luiz Moreira de
Teoria da jurisdição civil : pressupostos políticos, jurídicos e sociológicos / Jônatas Luiz
Moreira de Paula. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
384 p.

ISBN 978-65-5589-002-0

1. Direito. 2. Direito Processual. 3. Jurisdição. I. Título.

CDDir: 341.418

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Nota introdutória.....	13
------------------------	----

PREMISSA POLÍTICA
por quê jurisdição?

1. Breve notícia histórica da atividade jurisdicional.....	17
1.1. Idade Antiga.....	17
1.1.1. Justiça: divindade ou sistema de aplicação de leis?.....	17
1.2. Idade Média e transposição para a Idade Moderna.....	21
1.2.1. Justiça: objeto de cobiça pelo poder.....	21
1.2.2. Na depuração do poder, o absolutismo das monarquias.....	33
1.2.3. A construção da “jurisdição iluminista”.....	38
1.3. Idade Moderna.....	62
1.3.1. A Revolução Americana e seu legado.....	62
1.3.2. A Revolução Francesa e a edificação do Estado de Direito.....	64
1.3.3. O Estado de Direito pós-Revolução Francesa: o viés marxista.....	77
1.3.4. O Estado de Direito pós-Revolução Francesa: o viés liberal.....	86

1.4. O Estado de Direito contemporâneo.....	89
1.4.1. Séculos XIX-XXI: a influência dos direitos fundamentais na composição do Estado de Direito contemporâneo.....	89
1.4.2. As variações ideológicas e a atividade jurisdicional.....	100

PREMISSA JURÍDICA

como se faz jurisdição?

2. O positivismo jurídico e sua repercussão na atividade jurisdicional.....	105
2.1. Introdução.....	105
2.1.1. O positivismo jurídico.....	105
2.1.2. Direito e Estado: realidades distintas da mesma origem.....	110
2.1.3. Objetivação do direito.....	118
2.1.4. Espaço político e universo jurídico: realidades distintas e confusas.....	125
2.2. A imputação da sanção jurídica pelo viés jurisdicional.....	127
2.2.1. Introdução.....	127
2.2.2. A autonomia do Direito de Ação.....	127
2.2.3. Das várias teorias até a abstração do Direito de Ação.....	128
2.2.4. Teoria Eclética de Liebman.....	138
2.2.5. A sanção jurídica que se busca com a atividade jurisdicional.....	141
2.2.6. A ação como meio de imputação da sanção jurídica.....	146
2.2.7. A defesa como meio de imputação da sanção jurídica.....	155
2.2.8. Princípios atinentes à jurisdição.....	157
2.3. A Teoria dos Pressupostos Processuais.....	161
2.4. A natureza jurídica do processo e a atividade jurisdicional.....	167
2.4.1. Introdução.....	167
2.4.2. Linha privatista do processo.....	167

2.4.3. Linha publicista do processo.....	171
2.4.4. Sujeitos da relação processual.....	183
2.4.4.1. Juiz.....	183
2.4.4.2. Ministério Público.....	189
2.4.4.3. Advogado.....	196
2.4.4.4. Auxiliares da Justiça.....	198
2.5. As provas e o dualismo jurídico.....	203
2.5.1. Noção de prova.....	203
2.5.2. Fundamentos da prova.....	204
2.5.3. Natureza jurídica das provas.....	208
2.6. A sentença e a criação judicial do direito objetivo.....	212
2.6.1. Introdução.....	212
2.6.2. Exame dos fatos.....	213
2.6.3. Elaboração da definição jurídica.....	214
2.6.4. Elaboração do conhecimento jurídico e a vinculação à jurisprudência e súmulas.....	217
2.6.5. Elaboração da tutela jurisdicional (ou sanção jurídica).....	221
2.7. A execução e efetivação da sanção jurídica.....	221
2.7.1. Introdução.....	221
2.7.2. Título executivo e sanção jurídica.....	224
2.7.2.1. Natureza jurídica do título executivo.....	224
2.7.2.2. Natureza jurídica do processo de execução.....	228
2.7.3. Ferramentas processuais para a efetivação da sanção jurídica.....	239
2.8. O duplo grau de jurisdição.....	246
2.8.1. Introdução.....	246
2.8.2. Sistema recursal.....	251
2.8.2.1. Princípios estruturantes.....	251
2.8.2.2. Princípios funcionais.....	262
2.8.2.3. Pressupostos recursais.....	268

2.9. A coisa julgada como autoridade da decisão judicial.....	275
2.9.1. Introdução.....	275
2.9.2. Efeitos e espécies da coisa julgada.....	277
2.9.3. A coisa julgada como autoridade da decisão judicial.....	280
2.9.3.1. Algumas teorias que fundamentam a coisa julgada.....	280
2.9.3.2. A coisa julgada como autoridade da decisão judicial.....	283

PREMISSA SOCIOLÓGICA

a quem se destina a jurisdição?

3. Os jurisdicionados na relação processual.....	287
3.1. A lide como categoria do processo.....	287
3.1.1. Introdução.....	287
3.1.2. A lide carneluttiana.....	288
3.1.2.1. Pretensão e Interesse.....	289
3.1.2.2. Pretensão e Pedido.....	290
3.1.2.3. Pretensão e Resistência.....	291
3.1.2.4. O conflito de interesses como fonte da tutela jurisdicional.....	292
3.1.2.5. Interesse residual.....	294
3.2. Jurisdicionados.....	296
3.2.1. Parte em lide principal.....	296
3.2.1.1. Noção de parte.....	296
3.2.1.2. Legitimidade ordinária e legitimidade extraordinária.....	298
3.2.1.3. Princípio da Participação na tutela de interesses difusos e coletivos e litispendência.....	304
3.2.2. Parte em lide secundária.....	309
3.2.3. A coletividade como “parte” no processo.....	312

3.3. A construção da tutela jurisdicional na perspectiva dos valores dos conflitos sociais.....	320
3.3.1. Preliminar metodológico.....	320
3.3.2. O processo como racionalização dos valores sociais.....	322
3.3.3. A identificação e avaliação de valores sociais.....	324
3.3.4. Orientações hermenêuticas que se apoiam nos valores sociais.....	337
3.3.4.1. Interpretação Zetética do Direito.....	339
3.3.4.2. Interpretação Crítica do Direito.....	362
3.3.5. A composição da tutela jurisdicional na perspectiva dos valores sociais eleitos.....	369
Referências.....	373